

SUMÁRIO

1. Objetivo
2. Responsabilidades
3. Definições
4. Equipamentos/Software
5. Condições Gerais
6. Formulários e Documentos
7. Referências

Revisão Nº	Item	Natureza da Alteração	Data

Responsável: Substituta Legal

Revisão: Escreventes Administrativos

Aprovação: Titular Oficial

1. Objetivo

Garantir o cumprimento das obrigações legais, aplicando uma conscientização contínua sobre a importância da privacidade do titular do dado entre os colaboradores juntamente com nossos fornecedores.

O tratamento de dados pessoais tem por objetivo atender a sua finalidade pública estabelecidos pela legislação para publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos (art.1º da Lei n. 6.015/73 e art. 1º da Lei n. 8.935/94).

2. Responsabilidades

Controlador: 1º Registro de Imóveis de Joinville representado pela titular da serventia - Bianca Castellar de Faria

Operador: realiza o tratamento dos dados.

Encarregado: Realiza o backup, mantém a segurança, confidencialidade e disponibilidade das informações da serventia. Responsável técnico Reginaldo Luiz de Freitas.

3. Definições

- 3.1 “Data Controller (controlador)”: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que detém controle sobre dados pessoais que serão processados pelos serviços dos Sites (GDPR Art. 4, item 7 / LGPD Art 5º, item VI).
- 3.2 “Data Processor (operador)”: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador, para realizar um conjunto de operações, automáticas ou não, como coleta de informações de registros, estruturação, armazenamento, adaptação, alteração, consulta, transmissão, entre outros (GDPR Art. 4, itens 2 e 8 / LGPD Art 5º, VII).
- 3.3 “Dados Pessoais”: trata-se de qualquer informação relacionada a uma pessoa, que possa identificá-la direta ou indiretamente, como nome, localização, identificador online, dentre outros (GDPR Art. 4, item 1 / LGPD Art. 5º, I)
- 3.4 “Dados Pessoais Sensíveis”: A LGPD indica esta informação como dados “sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculados a uma pessoa natural” (LGPD Art. 5º, II).

- 3.5 “Dados Anonimizados”: dados relativos a alguma pessoa que não a identifiquem diretamente e que, portanto, não estão sujeitas à lei (LDPD Art. 5º, III).
- 3.6 “Data Protection Officer (encarregado)”: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (GDPR Art. 37/LDPD Art. 5º, VIII).

4. Equipamentos / Software

4.1 N/A

5. Condições Gerais

5.1 INTRODUÇÃO

- 5.1.1 Levamos muito a sério a privacidade do nosso Usuário e a segurança das suas informações pessoais, portanto, apresentamos nossa Política de Privacidade e Proteção de Dados (a "Política"), que descreve as práticas adotadas pelo 1º REGISTRO DE IMÓVEIS DE JOINVILLE, inscrito no CNPJ sob o nº 11.498.310.0001-02, com endereço na Rua Orestes Guimarães, 538, América, Joinville – SC. O 1º Registro de Imóveis de Joinville exerce suas atividades prezando, constantemente, a sua função essencial de assegurar segurança e autenticidade nas relações jurídicas que envolvam os imóveis pertencentes a sua circunscrição.
- 5.1.2 O 1º Ofício de Registro de Imóveis de Joinville é levado a tratar dados pessoais para cumprir as suas atribuições previstas na Lei 6.015/73, na Lei 8.935/95, na legislação tributária e nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça.
- 5.1.3 O tratamento de dados pessoais consiste em toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- 5.1.4 A coleta dos dados pessoais dos usuários deste cartório é feita com base nos documentos e, também, pelas informações apresentadas no momento da protocolização do título ou da realização do pedido da certidão.
- 5.1.5 Os dados pessoais são utilizados na redação dos assentos registrais passando a integrar os livros oficiais deste Oficial Registrador, sendo armazenados em sistema informatizado, cuja providência é necessária para executar as competências e atribuições legais pertinentes.

5.2 MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES



5.3 COMO UTILIZAMOS AS INFORMAÇÕES COLETADAS

5.3.1 O 1º Ofício de Registro de Imóveis de Joinville, utiliza os dados pessoais para o cumprimento de sua missão, nos seguintes termos, conforme cada espécie de ato registral praticado:

5.3.1.1 Ato registral – registro em sentido estrito ou averbação:

Previsão Legal: Lei federal 6.015/73

Dados Pessoais:

- a) Nome
- b) Nacionalidade
- c) Estado civil
- d) Profissão
- e) Pacto antenupcial
- f) Certidão de casamento
- g) Número de documento de identidade
- h) Número de inscrição no CPF

- i) Domicílio e residência
- j) E-mail
- k) Filiação
- l) Telefone
- m) Outros documentos necessários que possam conter dados pessoais

5.3.1.2 Procedimentos e Práticas utilizadas para a execução das atividades: Recebidas as informações pessoais do usuário, elas serão utilizadas para preenchimento de requerimento, cadastro informático do sistema do registro de imóveis, prática do ato registral e arquivamento.

5.3.1.3 O dado pessoal é compartilhado: Envio dos registros à Secretaria da Municipal de Fazenda (Lei municipal nº 5.400/2012.; envio dos registros ao COAF (Prov. CNJ nº 88/2019) IN RFB nº 969, de 21 de outubro de 2009 e da IN RFB nº1.112 de 28 de dezembro de 2010. (IN RFB nº 969, de 21 de outubro de 2009 e da IN RFB nº1.112 de 28 de dezembro de 2010).

Há transmissão internacional do dado pessoal	Há conservação do dado pessoal	O dado pessoal é mantido em segurança	Há eliminação do dado pessoal
Não	Sim	Sim	Não

Para que finalidade utilizamos o dado pessoal:
Instruir:

- requerimento do pedido
- cadastro do sistema
- cadastro da ARISP
- qualificação registral

5.3.2 Há circunstâncias em que será necessário você fornecer dados pessoais (como seu nome, e-mail e número de telefone apenas no menu contato do nosso website, para que possamos retornar com a resposta da sua dúvida no contato enviado.

5.3.3 Se você não deseja que seus dados de contato apenas, sejam processados por nós, não os envie ou, a qualquer momento, solicite sua exclusão (será efetuada, caso não haja disposição jurídica legal contrária).

5.3.4 Sempre que você visitar ou interagir com o Site da serventia, o sistema poderá usar algumas tecnologias que coletam, automática ou passivamente, as informações sobre a forma de como os Sites são acessados e utilizados ("Dados de Uso"). Os dados de uso podem incluir, em parte, o tipo de navegador, sistema operacional, a página servida, o tempo e quantos usuários visitaram os

Sites etc. Este uso de dados nos ajuda a manter os Sites atualizados e interessantes para os nossos usuários e a adequar o conteúdo aos seus interesses. Os dados de uso, geralmente, não são identificáveis (“Dados anonimizados”), ou seja, como o site não possui cadastro pessoal para que possa ser acessado, não poderemos associá-los a você como pessoa específica e identificável.

- 5.3.5 No decorrer da coleta de dados de uso, os sistemas também podem coletar seu endereço IP ou outro identificador único (“Device Identifier”) para o dispositivo automaticamente. Usamos esses dados para determinar a localização física geral do seu dispositivo, para segurança no acesso e certificar a origem da solicitação, para entender de quais regiões do mundo provém os visitantes e para melhorar os Sites.
- 5.3.6 As tecnologias utilizadas nos Sites para a coleta de dados de uso, inclusive Device Identifiers, incluem cookies.

5.4 INFORMAÇÕES QUE COMPARTILHAMOS

Os dados pessoais colhidos pela Oficial Registradora podem ser compartilhados com vista a atender disposições legais e normativas, por exemplo com a Secretaria da Receita Federal, com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, com a Central de Serviços Eletrônicos – CORI-SC e a Central dos Registradores.

Em algumas hipóteses há obrigação normativa de divulgar dados pessoais a autoridades reguladoras, tribunais e agências governamentais.

5.5 DIREITOS DOS TITULARES

O titular dos dados pessoais tem direito a obter desta Oficial Registradora, em relação aos seus dados tratados, a qualquer momento e mediante requisição os direitos garantidos pelo art. 18, da LGPD. Tais direitos, no entanto, devem ser lidos conforme a legislação específica que rege a matéria, a lei 6.015/73, bem como em face dos princípios de direito registral imobiliário e de outros diplomas que regem a matéria.

I - confirmação da existência de tratamento;

II - acesso aos dados;

III - correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV - anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;

V - portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;

VI - eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD;

VII - informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou

uso compartilhado de dados;

VIII - informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

IX - revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da LGPD.

O titular dos dados pessoais tem o direito de peticionar em relação aos seus dados contra o controlador perante a autoridade nacional.

O titular pode opor-se a tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento ao disposto na LGPD.

Os direitos serão exercidos mediante requerimento expresso do titular ou de representante legalmente constituído ao agente de tratamento encarregado da serventia através dos canais de atendimento disponibilizados em nosso site <https://1rjjoinville.com.br/canal-de-atendimento-lgpd/>. Não sendo possível o atendimento imediato, será enviada resposta ao titular em que se poderá:

- a) comunicar que não é agente de tratamento dos dados e indicar, sempre que possível, o agente; ou
- b) indicar as razões de fato ou de direito que impedem a adoção imediata da providência.
- c) Informar os dados armazenados, sendo possível ou não a eliminação ou retificação, em conformidade com a lei vigente que versa sobre os Registros de Imóveis, e que será devidamente fundamentada na resposta enviada ao solicitante.

O requerimento será atendido sem custos para o titular, nos prazos e nos termos previstos em regulamento.

Quaisquer dados incorretos poderão ser retificados, a qualquer tempo, de ofício ou a requerimento do interessado.

O livre acesso é restrito ao titular dos dados pessoais e poderá ser promovido mediante solicitação via o link <https://www.registroidoveis.org.br/igpd> ou arquivo PDF assinado digitalmente pelo titular solicitante através do e-mail encarregado_igpd@1rjjoinville.com.br.

Na informação, que poderá ser prestada por meio eletrônico, seguro e idôneo para esse fim, ou por documento impresso, deverá constar a advertência de que foi entregue ao titular dos dados pessoais, na forma da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, e que não produz os efeitos de certidão e, portanto, não é dotada de fé pública para prevalência de direito perante terceiros.

5.6 RESPONSABILIDADES DOS AGENTES DE TRATAMENTO

Os agentes de tratamento de dados no âmbito desta serventia registral são responsáveis por observar as disposições pertinentes à proteção de dados pessoais previstas na LGPD, bem como o direito à privacidade dos usuários do serviço, garantindo sua confidencialidade, disponibilidade e integridade dos seus dados pessoais.

5.7 SEGURANÇA

Usamos diversas técnicas de segurança para proteger suas informações, incluindo servidores atualizados, firewalls, e encriptação de dados financeiros.

Implementamos medidas técnicas e organizacionais apropriadas para proteger os dados pessoais contra alteração ou perda acidental ou ilegal, ou de uso, divulgação ou acesso não autorizado. Também fornecemos proteções de segurança adicionais para dados considerados confidenciais.

As informações armazenadas pelos sistemas estão protegidas em bancos de dados de servidores armazenados na Microsoft Azure, verificando que o Azure segue os controles de segurança das normas ISO 27001, ISO 27018, SOC 1, SOC 2, SOC3, FedRAMP, HITRUST, MTCS, IRAP e ENS.

5.8 ARMAZENAMENTO DOS DADOS E REGISTROS

Os dados e os registros de atividades coletados serão armazenados em ambiente seguro e devidamente tratados pelos operadores dentro da sua restrita finalidade que é dar segurança jurídica as transações imobiliárias. Amparados por lei devemos manter todos os dados referente as transações imobiliárias armazenados permanentemente, nos termos da lei 6015/73 dos registros públicos. Os dados poderão ser excluídos somente os de referência administrativa, caso você solicite. Sendo assim, por motivo de lei e/ou determinação judicial os dados deverão ser mantidos, em algumas exceções, findo o qual, serão excluídos com uso de métodos de descarte seguro.

Também podemos, para fins de auditoria, segurança, controle de fraudes e preservação de direitos, permanecer com o histórico de registro dos dados de nossos usuários por prazo maior nas hipóteses que a lei ou norma regulatória assim estabelecer ou para preservação de direitos. Contudo, temos a faculdade de excluí-los definitivamente segundo nossa conveniência em prazo menor.

Os dados coletados são armazenados em servidores em data center regularizado e devidamente reconhecido no Brasil.

5.9 INFORMAÇÃO ESPECIAL AOS PAIS

Embora os Sites não sejam voltados a menores de 18 anos, se determinarmos com a coleta que o usuário está abaixo desta idade, não vamos usar ou manter seus dados pessoais sem o consentimento do pai/responsável, exceto os dados obrigatórios por disposição normativa.

5.10 COOKIES

5.10.1 Usamos cookies para armazenar suas preferências e configurações, ajudar a entrar no serviço, fornece anúncios selecionados e analisar operações de site. Isso nos permite, por exemplo, reconhecer seu acesso automaticamente auxiliando em um acesso mais rápido e agilizado nas informações e serviços do website.

Quais os tipos de cookies que utilizamos?

Em geral, os cookies utilizados nos Sites podem ser divididos de acordo com as seguintes categorias:

5.10.2 Cookies de sessão

Esses cookies são usados “na sessão”, a cada vez que você visita e expiram em seguida, quando você deixa um site ou logo depois, não são armazenados no seu dispositivo permanentemente, não contêm dados pessoais e ajudam a minimizar a necessidade de transferir dados pessoais pela internet. Esses cookies podem ser excluídos ou você pode se recusar a permitir o uso, mas isso prejudicará o desempenho e a sua experiência no uso dos Sites. Os cookies também utilizam registros de hora que registram quando você acessa e quando você sai de um Site.

5.10.3 Cookies de rastreamento

Estes cookies permitem o reconhecimento de visitantes que retornam aos nossos sites. Ao combinar um identificador anônimo gerado aleatoriamente, o cookie de rastreamento mantém o controle sobre o local de onde veio o usuário dos nossos Sites, o mecanismo de busca que pode ter usado, o link em que clicou, a senha usada e sua localização geográfica ao acessar um site.

5.10.4 Cookies persistentes

Este tipo de cookie é salvo no seu dispositivo por um período fixo (às vezes, por algumas horas, outras, por um ano ou mais) e não é excluído ao encerrar o navegador.

Os cookies persistentes são utilizados quando precisamos lembrar quem você é por mais de uma sessão de navegação. Por exemplo, esse tipo de cookie pode ser usado para armazenar preferências, para que sejam lembradas em uma próxima visita ao site.

5.10.5 Cookies analíticos ou de desempenho

Cookies de desempenho são usados para analisar a forma como os Sites são usados e para monitorar seu desempenho, o que nos permite melhorar a sua experiência no uso dos Sites. Esses cookies ajudam-nos a adaptar o conteúdo dos Sites para refletir o que os usuários consideram mais interessante e identificar quando surgem problemas técnicos com os Sites. Também podemos usar esses dados para compilar relatórios que nos ajudam a analisar como os Sites são utilizados, quais são os problemas mais comuns e como podemos melhorar os Sites.

Os cookies podem ser bloqueados?

Quando exigido por lei, você poderá visitar nossos Sites e recusar o uso de cookies a qualquer momento em seu computador.

5.11 ENCARREGADO (DPO) E CANAL DE ATENDIMENTO

5.11.1 O 1º Ofício de Registro de Imóveis de Joinville possui um encarregado que atua como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), sendo ele o Sr. Reginaldo Luiz de Freitas, que pode ser contatado para fins de informações, reclamações ou sugestões através do link <https://www.registroidmoveis.org.br/lgpd> , telefone 47 3043-5888, assim como pela caixa postal encarregado_lgpd@1rijoinville.com.br .

5.12 DA ACEITAÇÃO E DO CONSENTIMENTO

Leia atentamente esta Política, pois, ao usar os Sites, sistemas e ferramentas eletrônicas, você reconhece, compreende e concorda com os termos desta Política, em especial:

QUE ESTÁ USANDO DE FORMA VOLUNTÁRIA, DISPONDO DE SEUS DADOS PARA OBTER SERVIÇO, INFORMAÇÃO OU FACILIDADE, ESTANDO CIENTE DE QUE A CONVENIÊNCIA DE USO DOS SITES É ESTRITAMENTE PESSOAL.

QUE TEM CIÊNCIA E CONCORDA COM O USO DE SEUS DADOS PESSOAIS OU DE SEUS CLIENTES E QUE TEM AUTORIZAÇÃO DE SEUS CLIENTES, TITULARES E DAS PARTES

ENVOLVIDAS NOS DOCUMENTOS, PARA QUALQUER TIPO DE TRATAMENTO DE DADOS, DENTRE ELES, PRODUÇÃO, RECEPÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, UTILIZAÇÃO, ACESSO, REPRODUÇÃO, TRANSMISSÃO, ARMAZENAMENTO, COMPARTILHAMENTO, BEM COMO PARA PRESTAR QUAISQUER ESCLARECIMENTOS OU DECLARAÇÕES RELACIONADOS AOS ASSUNTOS TRATADOS.

AO ACEITAR E USAR OS SITES VOCÊ DECLARA EXPRESSAMENTE SER MAIOR DE 18 ANOS E CAPAZ.

SE VOCÊ NÃO CONCORDAR COM ALGUM DOS TERMOS E REGRAS AQUI PREVISTOS, NÃO DEVERÁ ACESSAR OS SITES.

[X] Declaro expressamente que li e aceito os termos e condições POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS. Manifesto formalmente minha concordância, por meio do prosseguimento de acesso, conforme assinalado.

OBS:

1. O usuário obrigatoriamente deverá aceitar o termo e marcar os “checkbox”;
2. O sistema mantém registros de quantidade de acessos, data, hora, IP do dispositivo que executou os acessos.

6. Formulários e Documentos

- 6.1 NI - NORMATIVA INTERNA
- 6.2 CAS 002 - CODIGO DE ETICA
- 6.3 R-ADM090 - LISTA MESTRA DE DOCUMENTOS
- 6.4 Legislações inerentes às atividades e competências da Serventia

7. Referências

- 7.1 Marco Civil da Internet no Brasil (Marco Civil) - Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014;
- 7.2 Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil (LGPD) - Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018;
- 7.3 Circular 104/2021 – CGJSC, que regulamenta a matéria perante as serventias extrajudiciais de Santa Catarina.
- 7.4 ABNT ISO/IEC 27701:2019.
- 7.5 Provimento CNJ nº 74/2018
- 7.6 Provimento CGJ 23/2020